

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.692 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2003

180 ANOS DO PODER LEGISLATIVO



Geraldo Magela

Brasil se constrói no Congresso, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem no Plenário que será dentro do Parlamento que o país encontrará soluções para seus problemas. Em homenagem que prestou aos 180 anos do Legislativo, ele disse que o Brasil, ao contrário da América espanhola, não foi construído nos campos de batalha, mas no Parlamento. Ao lado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, Sarney lançou ontem carimbo dos Correios alusivo à data.

PÁGINA 7

Sarney (E) e João Paulo lançam carimbo dos Correios em homenagem ao Parlamento brasileiro, que completa 180 anos



Jane de Araújo

Ao debater a proposta na Comissão de Justiça, senadores afirmaram que combate à pirataria, especialmente nas áreas fonográfica e videofonográfica, será reforçado

Comissão aprova pena maior para a pirataria de CDs

PÁGINA 3

REFORMAS

Mudanças devem garantir governabilidade, afirma Maciel

Tebet quer debater logo as propostas no Senado

Paim deseja aperfeiçoar alterações na Previdência

Duciomar teme prejuízos para estados que exportam

PÁGINA 6



Miro (E), ao lado de Osmar Dias e Hélio Costa, fala em audiência pública das Comissões de Educação e de Infra-Estrutura

Miro: tarifas de telefonia fixa poderão ser reduzidas

PÁGINA 8

CCJ aprova novas regras sobre inelegibilidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta de emenda à Constituição do ex-senador Paulo Souto determinando que agentes públicos que substituam o presidente da República, governador ou prefeito nos seis meses anteriores às eleições não ficarão inelegíveis, desde que a soma das substituições não exceda a 15 dias. A matéria vai agora ao Plenário.

Conforme o relator, atualmente a Justiça Eleitoral interpreta que o vice-presidente, o presidente da Câmara ou o presidente do Senado que substituam o presidente, ainda que eventualmente, tornam-se inelegíveis para outros cargos. O mesmo ocorre com o cônjuge ou outros parentes dos ocupantes desses postos.

— A ressalva oferecida pela PEC não dissente do espírito que norteou o legislador constituinte a estabelecer os casos de inelegibilidade, de se evitar que a máquina governamental seja utilizada para auferir vantagem em futura candidatura. A possibilidade de isso ocorrer é praticamente nula com o prazo de substituição — observou Jereissati.

ADOÇÃO

A CCJ também aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) à PEC que inscreve na Constituição o direito das mães adotantes a gozarem de licença-maternidade com duração de 30 a 120 dias. Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a relatora incluiu no substitutivo a licença-paternidade para pais adotantes.

— A proposta atende a justa reivindicação das trabalhadoras, que, ao optarem por uma adoção, passariam a desfrutar de condições para proporcionar ao adotado melhor assistência, sobretudo psicológica — afirmou a relatora.

Comissão amplia direitos do servidor em estágio probatório

Proposta de emenda à Constituição aprovada pela CCJ estabelece condições para a perda do cargo, garantindo ampla defesa ao funcionário público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador João Batista Motta (PPS-ES), com uma emenda do senador Tião Viana (PT-AC), à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que disciplina a perda de cargo por servidor público em estágio probatório.

Conforme a proposta, a demissão só poderá acontecer se baseada na Lei de Responsabilidade Fiscal, em decisão judicial ou em ato do dirigente do órgão.

Caso contrário, determina a PEC, o servidor terá direito a ampla defesa em processo administrativo específico. O senador Demostenes



Suassuna é autor da PEC, que deve evitar perseguições no serviço público

Fotos: Jane de Araújo

Torres (PFL-GO) elogiou a proposta que, avaliou, pode evitar perseguições no serviço público.

A CCJ também aprovou parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável a requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que solicita a retirada de tramitação de projeto de sua autoria que está sendo analisado pela Câmara. O requerimento ainda precisa ser aprovado pelo Plenário do Senado e a decisão da Casa enviada à Câmara para que o projeto, que dá nome a ponte sobre o Rio Uraricoera, na rodovia BR-174, seja arquivado.

Mais controle para produto com soda cáustica

Substitutivo do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ao projeto de lei da Câmara que controla a comercialização de produtos com soda cáustica foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pelo texto, esses produtos não ficarão sujeitos a normas de vigilância sanitária. O relator lembra que a comercialização de soda cáustica não está regulamentada.

O projeto estabelece condições para controle e comercialização da soda cáustica. As embalagens e rótulos dos produtos com soda deverão conter advertências escritas, facilmente legíveis, sobre os riscos de sua manipulação e ingestão. E supermercados não poderão expô-los em altura inferior a um metro e meio do solo. A matéria foi enviada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Luiz Otávio, relator do projeto, lembra que comércio de soda cáustica não está regulamentado

Executivo poderá autorizar rádio comunitária

A proposta de emenda à Constituição que delega ao Executivo poder para autorizar o funcionamento de emissoras de rádio comunitária, sem a necessidade de aprovação do Legislativo, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De acordo com a proposta, encabeçada pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação (CE), a medida pode diminuir a sobrecar-

ga que os processos sobre rádios comunitárias provocam na Câmara e Senado.

O serviço de radiodifusão comunitária foi instituído por lei aprovada em 1998 e, desde então, o Legislativo recebeu cerca de 6,1 mil processos para análise. Os projetos têm de passar pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação da Câmara e pela Comissão de Educação do Senado, onde são instruí-

dos, antes de seguirem para análise em Plenário.

Para o senador Demostenes Torres (PFL-GO), o número de processos inviabiliza o trabalho da CE. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acredita que o volume de processos frustra a implantação de rádios que não conseguem autorização para funcionar. “Essa PEC é quase um estado de necessidade”, disse o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA).



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão da PEC sobre gratuidade para registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito; requerimento solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB); requerimento solicitando sobre o PLC nº 34/01, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida também a de Assuntos Econômicos; entre outros.

COMISSÕES

9h — Subcomissão Temporária da Saúde
Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: requerimentos solicitando repúdio ao ato contra a liberdade de opinião de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano; e mensagens submetendo à apreciação do Senado a escolha dos nomes de Renan Leite Paes Barreto e de Marcelo Andrade de Moraes Jardim para o cargo de embaixador do Brasil na Guatemala e Polônia.

Pauta-extra: requerimentos solicitando criação de subcomissão destinada a estudar implementação das propostas aprovadas no I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

10h — Comissão de Assuntos Sociais

1ª Parte
Pauta: aviso que encaminha ao Senado cópia de decisão do TCU sobre auditoria no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); PLC que concede remissão de débito previdenciário a agroindústrias; PLC sobre declaração de óbito e realização de estatística de óbitos em hospitais públicos e privados; PLS sobre concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais; PLS sobre concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; e PLS que estende aos beneficiários do seguro-desemprego o vale-transporte; entre outros.

2ª Parte
Pauta: audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Sérgio Costa Lima, sobre as propostas concernentes à área de atuação do ministério, os produtos denominados transgênicos e o PLC que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do SUS e sobre o PLC que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Prazo de 30 dias para TCU informar ao Congresso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) favorável à proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece prazo de 30 dias para que o Tribunal de Contas da União (TCU) preste informações ao Congresso Nacional, às duas Casas e às suas respectivas comissões.

Pela PEC, de autoria do ex-senador Antonio Carlos Júnior, a recusa ou a prestação de informações indevidas pelo TCU implicará crime de responsabilidade.

Outro item aprovado foi o parecer de Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), favorável ao projeto de resolução de Álvaro Dias (PDT-PR) que estabelece a exigência de quorum qualificado de quatro quintos dos senadores para que os projetos de resolução que autorizam em caráter excepcional alterações nos limites de endividamento dos estados e dos municípios sejam aprovados pelo Plenário.

Bahia poderá ter mais uma universidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou substitutivo do senador Eduardo Jorge (PFL-PE) ao projeto do ex-senador Waldeck Ornêlas que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas (BA), por desmembramento da Universidade Federal da Bahia. Pelo texto aprovado, poderá haver remanejamentos de saldos orçamentários para viabilizar a nova universidade federal. A matéria será submetida à Comissão de Educação.

César Borges (PFL-BA) pediu que o Ministério da Educação realmente concretize a implantação de uma nova universidade pública federal na Bahia. Manifestou indignação com o fato de que um estado com 13 milhões de habitantes só tenha uma instituição federal.

Funcionamento de CPIs também nos finais de semana

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que modifica a proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece dias determinados para o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Garibaldi considerou que as reuniões das CPIs serão preferencialmente às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, retirando assim o caráter impositivo proposto por Camata. O substitutivo ao projeto de resolução de Camata, alterando o Regimento Interno do Senado Federal, será submetido à Comissão Diretora.

Aumento da pena para a pirataria de CDs recebe aprovação da CCJ

Parecer de João Capiberibe será agora submetido ao Plenário do Senado, segundo anuncia o presidente da Comissão de Justiça, Edison Lobão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador João Capiberibe (PSB-AP) favorável a projeto que amplia as penas dos responsáveis por casos de pirataria de bens intelectuais protegidos pelo direito autoral, alterando para tanto os Códigos Penal e de Processo Penal.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou que, como foram feitas apenas duas emendas de redação, o projeto não precisará retornar à Câmara e será submetido ao Plenário do Senado. O relatório de Capiberibe aceitou na íntegra o projeto de lei da Câmara, cuja base foi o substitutivo apresentado pelo deputado Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP). Segundo o senador, Nunes Ferreira concordou com as emendas de redação.

Entre as inovações do projeto, o relator citou a definição de novos critérios de titularidade da ação penal, a caracterização das hipóteses de apreensão por parte da autoridade policial dos bens ilícitamente produzidos, a atribuição ao titular de direito de autor do encargo de fiel depositário dos bens apreendidos, a especificação das condições da destruição do material apreendido, e a garantia às associações de entidades de direito de autor da legitimidade para atuar como assistentes de acusação nos processos.

Capiberibe considerou inegável o mérito do projeto para avançar



João Capiberibe considera inegável o mérito da proposta para avançar na luta contra a ação dos piratas

no combate à pirataria, especialmente nas áreas fonográfica e videofonográfica. Citou dados da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF), segundo os quais o país deixa de

arrecadar cerca de R\$ 250 milhões por ano em impostos devido à ação dos falsificadores de discos.

Os prejuízos com o crescimento desse mercado ilegal se refletem sobretudo na redução das oportunidades de trabalho. Nos últimos anos, segundo o relatório, as gravadoras reduziram em cerca de 30% o número de funcionários e houve uma diminuição de 18% no número de artistas contratados, e aproximadamente duas mil lojas de discos foram fechadas.

Demostenes Torres (PFL-GO) pediu para retirar da pauta da CCJ outro projeto que cuida de direitos autorais relativos à propriedade industrial, solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Restrição a advogado parente de juiz

Com base em relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que altera o Estatuto da Advocacia de modo a impedir que advogados que sejam cônjuges

ou parentes até o terceiro grau de juízes ou desembargadores atuem nos tribunais em que seus parentes sejam membros.

— A medida é moralizante para



Demostenes Torres: contra o tráfico de influência

evitar o tráfico de influência de advogados que tenham parentesco com juízes. É notório que advogados com esse parentesco têm facilidade maior para obter sentenças favoráveis — analisou o relator. Ele explicou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manifestaram-se a favor do mérito e da consti-

tucionalidade da medida.

O relator afirmou que pretendia emendar a proposta para proibir juízes ou desembargadores de advogar após a aposentadoria, mas preferiu aprovar a proposta da Câmara como está, para que não haja a necessidade de nova análise da matéria pelos deputados. Assim, depois de analisada pelo Plenário, caso seja aprovada, a proposta já poderá seguir para a sanção presidencial.

“Têm-se verificado eventos em que não se considera ética a forma do exercício da advocacia”, afirma o deputado Wilson Santos (PSDB-MT), autor do projeto.

Combate à grilagem de terras gera debate

Ampla discussão sobre a grilagem e a ocupação ilegal de terras públicas no Brasil foi realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A discussão ocorreu a partir da análise do relatório de Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável a projeto de Jonas Pinheiro (PFL-MT) que revoga a portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que cancelou os registros de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou detalhado voto em separado com referênci-

as à legislação que ampara a portaria. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), a pediu, concedeu 15 dias de prazo para que o relator busque uma fórmula para, ao mesmo tempo, garantir mecanismos de combate à grilagem e a proteção dos proprietários que tenham títulos regulares e direito legítimo sobre as terras.

— O cancelamento dos cadastros inibe o proprietário de gozar dos direitos sobre sua terra. Além disso, o Incra vem se mostrando incompetente para administrar o grande número de processos administrativos — acusou Juvêncio.

Por outro lado, Serys considera que a portaria do Incra é constitucional e “fundamental ao combate à grilagem de terras de domínio da União”. A revisão do cadastro, frisou, poderá ainda reverter para o domínio do poder público terras irregulares.

Jonas Pinheiro entende que o cancelamento sumário do Cadastro Rural, sem dar ao proprietário a oportunidade de se defender, não pode ser tolerado.

Amir Lando (PMDB-RO) disse que não há efetiva ação do Incra ou do governo federal contra a grilagem de terras públicas.



Heloísa Helena: preocupação com os pobres

Freio na privatização de serviços

Os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e saneamento devem ficar de fora do Programa Nacional de Desestatização (PND), de acordo com projeto de lei da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que ontem recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, relatado por Romero Jucá (PSDB-RR), altera a lei que regulamenta as privatizações e agora segue para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

— A lógica do capital, de busca incessante de lucro, provocará o agravamento da situação atual, fazendo com que se torne ainda mais difícil o acesso aos serviços pela população mais pobre — pondera Heloísa.

Relatora de projeto análogo, da senadora licenciada Marina Silva, que pretende evitar a privatização da Eletronorte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu mais tempo para reexaminar o seu relatório.

Agripino é contra MP que repactua o Refis

Senador considera que medida aprovada pela Câmara dos Deputados é desfavorável às empresas, principalmente as prestadoras de serviços, que tiveram a carga de impostos aumentada em 170%

O senador José Agripino (PFL-RN) disse ontem que não vai votar a medida provisória (MP), aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados, que estabelece novos critérios para a repactuação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Segundo ele, a MP traz "uma novidade perversa" ao obrigar o empresário a pagar suas dívidas com o fisco e/ou com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 180 prestações mensais ou com 1,5% do faturamento, no mesmo prazo. A escolha é pela modalidade que resultar no maior valor.

Agripino disse que a proposta atinge em cheio o setor de serviços, e que aumenta em 170% a carga de impostos das prestadoras



Agripino apela aos líderes partidários para que encontrem "o caminho do interesse nacional"

de serviços. O senador fez apelo às lideranças partidárias para que, juntas e por meio do diálogo, encontrem "o caminho do interesse nacional", como foi feito no caso do patrocínio à cultura, em que o governo recuou de uma decisão desfavorável à classe artística.

Heráclito cobra nomeação de dirigente da Codevasf

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apelou aos líderes partidários no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC), para que intercedam junto ao governo federal no sentido de viabilizar a nomeação de Francisco Guedes para a direção da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) no Piauí. A indicação foi anunciada há mais de 90 dias, conforme informou, mas até hoje a Codevasf piauiense está "acéfala".



Demora na posse tem gerado "dissabores", diz Heráclito Fortes

to, estaria gerando "dissabores" para o Piauí e para a representação estadual da Codevasf, dirigida hoje pelo secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Márcio Araújo de Lacerda.

Senado deve relançar livro sobre ex-menina de rua

A experiência de vida de uma ex-menina de rua, retratada no livro *Esmeralda: Por Que Não Dancei*, será trazida ao Senado por iniciativa da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude. Foi aprovado ontem requerimento das senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Patrícia Saboya (PPS-CE) para relançamento da publicação no próximo dia 29, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Patrícia Saboya ressalta a importância do relato de uma ex-meni-



Patrícia Saboya (ao microfone) é uma das autoras da iniciativa

na de rua que "conseguiu renascer". Nesse mesmo dia, a subcomissão discutirá, em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os problemas e desafios de políticas voltadas para a juventude brasileira.

Bancada feminina quer ministra no STF

A bancada feminina do Congresso divulgou nota reagindo contra a decisão do presidente Lula de indicar três juristas homens para as vagas de ministro do Supremo Tribunal Federal. O documento é assinado por 44 deputadas e nove senadoras, de todos os partidos. No Plenário, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) leu a nota e se disse frustrada com a decisão.

— A ausência do nome de uma mulher frustra não só as parlamentares, mas o conjunto da sociedade brasileira.

As deputadas e senadoras reafirmam que a desigualdade racial não é maior que a de gênero e, por isso mesmo, havia a expectativa, diante de compromisso público assumido pelo presidente, de que seriam indicados um negro e uma mulher para as vagas iniciais do STF.

As parlamentares destacam a indicação inédita de um ministro negro, escolhido pelo critério de competência. Elas propõem que o presidente reafirme seu compromisso quanto à indicação de uma mulher, para as vagas previstas para 2004 e 2005. Assinam a nota as senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Heloísa Helena (PT-AL), Ideli Salvatti (PT-SC), Serys Slhessarenko, Roseana Sarney (PFL-MA), Iris de Araújo (PMDB-GO), Patrícia Saboya (PPS-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Após a leitura da nota, Serys cumprimentou os taquígrafos do Senado pelo transcurso de seu dia, 3 de maio. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), na presidência dos trabalhos, também destacou o trabalhos dos taquígrafos.



Serys leu nota da bancada feminina, que reivindica nomeação de uma jurista



Flávio Arns (D) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Arns e Jonas Pinheiro presidem subcomissão

O senador Flávio Arns (PT-PR) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi escolhido vice-presidente e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) nomeado relator-geral da subcomissão, que deve funcionar por seis meses. Na primeira reunião do colegiado, que é vinculado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi decidido seu cronograma de atuação.

Os senadores vão identificar propostas relativas a portadores de necessidades especiais que tramitam na Câmara e no Senado, de forma a sugerir aperfeiçoamento e agilizar tramitação dos projetos. Por sugestão do senador Jonas Pinheiro, a subcomissão acompanhará também a confecção da proposta de Orçamento da União para 2004 e tentará apresentar uma das cinco emendas ao projeto orçamentário a que os membros da CAS têm direito.



Presidente da Subcomissão de Extração Mineral, Ana Júlia Carepa lembrou importância da visita à maior região de exploração mineral do mundo

Adiada viagem de senadores a centro minerador no Pará

Será nos dias 22 e 23 de maio a viagem dos integrantes da Subcomissão de Extração Mineral aos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, no Pará. A viagem foi adiada a pedido do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que deseja visitar os municípios, mas não poderia viajar na primeira data agendada.

A presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), lembrou a importância da visita dos senadores a esses municípios, onde se explora ferro e cobre, por

se tratar do maior centro de exploração mineral do mundo.

Estava na pauta da subcomissão também a visita dos senadores a municípios onde há exploração mineral em Minas Gerais, mas ficou decidido que a viagem será agendada após retorno da visita ao Pará.

A Subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e visa propor mudanças na legislação, especialmente sobre a compensação financeira para municípios onde há exploração de minérios.

Aprovadas normas para criação de municípios

Conforme projeto de lei complementar, que recebeu 62 votos favoráveis e apenas dois contrários, mudanças não poderão ocorrer mais entre os dez meses anteriores às eleições e a posse dos prefeitos eleitos

Viana propõe extinção do Conselho de Ética

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), apresentou ontem projeto de resolução que propõe a extinção do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como do próprio Código de Ética do Senado. O senador argumenta que o conselho não tem mais razão de existir, diante da decisão do Plenário de rejeitar recurso contra decisão da Mesa a respeito da denúncia do Conselho de Ética contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Mesmo considerando soberanas as decisões da Mesa e



Tião Viana considerou decisões "lamentáveis"

do Plenário, Tião Viana acredita que foi ferida a autoridade do conselho.

— A decisão do Plenário deixou claro que o *status* constitucional da Mesa a coloca como instância derradeira sobre esse tipo de matéria, sem qualquer vínculo com a manifestação antecedente do Conselho de Ética. As deliberações do conselho tornam-se, assim, totalmente inócuas — disse Tião Viana, que classificou de "lamentáveis" a decisão da Mesa do Senado e a ratificação dada pelo Plenário.

Jefferson renuncia e diz que PDT não preencherá vaga

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) não é mais integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. A decisão foi motivada pelo envio pela Mesa do Senado ao Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de abertura de processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Jefferson Péres anunciou que a vaga não será preenchida por seu partido, o PDT.



Jefferson: "Falará por nós a nossa cadeira vazia"

— Entendemos que o Conselho de Ética perdeu a sua razão de ser. Não queremos ser partícipes de uma encenação, nem usar o conselho como tribuna. Lá, falará por nós a nossa cadeira vazia — disse Jefferson.

Na terça-feira, após o Plenário ratificar a decisão da Mesa, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), relator do processo no Conselho de Ética, já havia anunciado seu desligamento do colegiado.

Tocantins leva energia elétrica a escolas rurais

Depois de instalar mais de 13 mil pontos de luz, o Programa de Eletrificação Rural do Estado do Tocantins (Pertins) levará energia a 182 escolas rurais do estado, anunciou ontem o senador João Ribeiro (PFL-TO). A iniciativa beneficia 20 mil alunos, ampliando as atividades escolares, que poderão ser desenvolvidas também no período noturno. Com a extensão da rede, acres-



João Ribeiro disse que 20 mil alunos serão beneficiados

centou o senador, o pequeno produtor rural poderá aproveitar a linha-tronco e levar energia até sua propriedade.

O Pertins é fruto de uma parceria da empresa Rede-Celtins com o governo do estado, com o objetivo de levar energia elétrica a 19 mil propriedades rurais. O projeto conta ainda com a participação do programa Luz do Campo, da Eletrobrás, informou João Ribeiro.

O Senado aprovou, por 62 votos a 2, o projeto de lei complementar à Constituição que estabelece os prazos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Pela proposta, que complementa o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição, a criação de municípios

deve ser feita por lei estadual, dentro do período de tempo compreendido entre a posse dos prefeitos (artigo 29 da Constituição) e o décimo mês anterior às eleições municipais seguintes. O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O projeto, do ex-senador Chico Sartori, corrige um impasse criado com a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que suspendeu todos os processos de criação, fu-



Projeto aprovado pelo Plenário corrige impasse criado com a Emenda Constitucional nº 15, de 1996

se e incorporação de municípios até que se instituísse a lei regulamentadora. Fica proibida, segundo o projeto, a tramitação de processo de criação, incorporação e fusão de municípios no período entre os dez meses anteriores às eleições municipais e a posse dos prefeitos eleitos. Se já estiver tramitando, o processo tem que ser interrompido.

Também foi aprovado o proje-

Hélio Costa apela em favor das prefeituras

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) fez um apelo para que a Secretaria do Tesouro Nacional reverta a decisão de exigir a apresentação bimestral, pelas prefeituras, de relatórios sobre a gestão fiscal e orçamentária, bem como de um Cadastro de Operações de Crédito (COC), para receber as liberações voluntárias de verbas da União, no valor aproximado de R\$ 3 bilhões por ano.

Segundo Hélio Costa, essas exigências serão impossíveis de cumprir, uma vez que as prefeituras nem sequer conseguem atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, que

obriga a apresentação anual de balanços patrimoniais e orçamentários.

— Segundo a Caixa Econômica Federal, até 29 de abril somente 17,14% dos municípios haviam entregue os cadastros do ano passado, e apenas 33,26% entregaram os relatórios resumidos da execução orçamentária do período — informou.

Ele explicou que, para ser considerado adimplente, o município precisa apresentar ambos os relatórios, portanto, 82% das prefeituras



Hélio Costa: antes é preciso modernizar os municípios

ras não estão conseguindo atender às exigências atuais. "É fácil imaginar o que acontecerá com os municípios, caso sejam adotadas regras ainda mais rígidas", observou.

O senador reconhece que a fiscalização e transparência dos recursos públicos devem ser seguidas pelo governo, mas manifestou sua preocupação com as mudanças sem que ocorra a modernização da máquina administrativa dos municípios.

José Jorge critica paralisação de obras

A paralisação de obras que dependem de recursos federais em Pernambuco foi criticada ontem pelo senador José Jorge (PFL-PE), que responsabilizou o governo pelo momento difícil em que o estado se encontra. Ele disse que o novo governo "assumiu prometendo uma série de coisas ao povo brasileiro e não cumpriu nada até agora".

José Jorge afirmou que os projetos, nas áreas de transportes e de infra-estrutura hídrica, atendem



José Jorge: "Governo não cumpriu nada até agora"

à população mais necessitada, "mas não há perspectiva de liberação dos recursos já definidos no Orçamento Geral da União".

As obras rodoviárias são dois trechos da BR-232, que ligam Recife a Caruaru e Caruaru a São Caetano. O primeiro trecho, explicou o senador, só não foi totalmente paralisado porque o governo estadual vem investindo mais de R\$ 80 milhões para concluí-lo, sendo que ainda tem a receber R\$ 36,1 milhões do

Orçamento de 2002 e R\$ 12 milhões de 2003. O segundo trecho foi concluído e o estado aguarda a liberação federal de R\$ 35 milhões.

Na área hídrica, continuou José Jorge, outras quatro obras de sistemas adutores, Jucazinho, Pajeú, do Oeste e do Pirapama, estão paralisadas e aguardam recursos. Jucazinho poderia solucionar o problema de abastecimento de água em Caruaru por 50 anos.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o mesmo está ocorrendo em seu estado e citou a obra da termoeletrica Termoauç, que foi paralisada.

Maciel defende reforma política que garanta a governabilidade

Senador considera que discussão é urgente e pode ocorrer simultaneamente à tramitação das propostas de mudanças tributária e previdenciária

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem da tribuna a urgência na aprovação, pelo Congresso Nacional, de reformas políticas, sem as quais “o país não desfrutará das conquistas a que está destinado por limitações à sua governabilidade”.

Para o senador, a grande questão que se apresenta para as democracias no século 21 é “melhorar a chamada governabilidade”. E isso, acrescentou, “passa necessariamente pela reforma política”.

O representante pernambucano lembrou que a democracia no Brasil já foi considerada uma



Marco Maciel: discussão deve ser logo, para evitar a contaminação do período eleitoral

“planta tenra”, mas que hoje ela fincou raízes, tornando-se “uma planta robusta”. afirmou que a

democracia é importante, mas não suficiente para assegurar a governabilidade, compreendida esta no sentido de assegurar que as demandas da sociedade possam ser cumpridas pelo governo.

Marco Maciel disse que as reformas em andamento, como a tributária e a previdenciária, tratam de “temas totalmente diferentes e tramitam em meridianos distintos”

das reformas políticas, podendo, assim, serem discutidas simultaneamente. Para o parlamentar, as reformas políticas devem ser discutidas no início da legislatura, quando está mais distante o período eleitoral.

APARTES

O discurso recebeu apartes dos senadores Almeida Lima (PDT-SE), César Borges (PFL-BA) e Romeu Tuma (PFL-SP). O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que o sistema de voto proporcional em vigor é uma “reminiscência do século 19”, quando os positivistas defendiam a presença, no parlamento, de representantes de todas as idéias e tendências.



Papaléo Paes disse que saiu do PTB por causa de um problema “puramente regional”

Papaléo Paes deixa PTB e se filia ao PMDB

O senador Papaléo Paes (AP) anunciou em discurso no Plenário que estava deixando o PTB por “um problema puramente regional”. Explicou que não teve “espaço no PTB do Amapá” e lamentou deixar o bloco de apoio ao governo Luiz Inácio Lula da Silva no Senado.

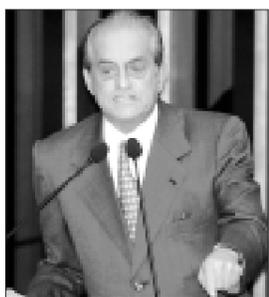
— Agradeço a forma gentil com que fui tratado pelo líder Fernando Bezerra. Reafirmo o que disse em meu primeiro discurso ao chegar ao Senado: é preciso aprovar uma reforma política para acabar com a prática dos maus dirigentes, que transformam os partidos em legendas de aluguel — observou o senador, ponderando que os seus 125 mil eleitores com certeza o apóiam na decisão de integrar o PMDB, “um partido forte e tradicional”.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), saudou ontem a filiação ao partido do senador Papaléo Paes. Segundo Renan, a bancada que ele lidera, “mais do que nunca, se encontra feliz, satisfeita e honrada” com seu novo integrante.

O senador enalteceu a importância de Papaléo, ex-prefeito de Boa Vista. Disse que o novo filiado engrandece o partido, contribuindo para a unidade partidária, questão pela qual o PMDB e seus integrantes são sempre cobrados.

Tebet pede que Senado inicie as discussões imediatamente

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a necessidade de o Senado iniciar imediatamente as discussões sobre as reformas tributária e previdenciária. Ele antecipou ontem que votará contra a taxa



Tebet antecipou que votará contra a taxa dos servidores inativos

ção dos inativos e a favor da exigência de uma idade mínima para o trabalhador ter direito a se aposentar. Tebet também pediu que a Casa reinicie os debates sobre a reforma política, que independe de qualquer iniciativa do Executivo.

— É preciso que o Senado comece a debater agora quais os benefícios que a população brasileira terá com a aprovação das duas reformas. Sob qual ângulo deveremos analisá-las. Se vamos nos guiar pelos números frios e violar princípios sagrados como o direito adquirido, ou levando em consideração os postulados maiores da dignidade humana e da própria democracia — afirmou Ramez Tebet.

Na opinião do senador por Mato Grosso do Sul, o Congresso também deve se preocupar em informar à sociedade que as reformas não são “poções mágicas” capazes de solucionar todos os problemas brasileiros, sobretudo os

econômicos. Ele também teme que, quando as reformas chegarem ao Senado, o Executivo pressione a Casa a votar sem alterações os textos aprovados na Câmara dos Deputados, sob a alegação de que qualquer mudança feita pelos senadores obrigaria o retorno das matérias para o exame da Câmara — posição apoiada, nos apartes, pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Efraim Morais (PFL-PB).

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou que o Executivo tenha enviado as duas propostas de reforma à Câmara, ao invés de distribuí-las entre as duas Casas do Congresso. Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o Senado constitua comissões específicas para debater as reformas com o objetivo de agilizar sua tramitação.

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ajuda a Tebet para aprovar, no texto da reforma da Previdência, teto salarial para os servidores públicos. Último a apartear, o senador Almeida Lima (PDT-SE) anunciou que recolherá assinaturas para possibilitar a tramitação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que diz respeito à reforma do Estado.



Paulo Paim (C), ao lado da senadora Heloísa Helena, durante reunião da Frente em Defesa da Previdência Social Pública

Paim quer emendar projeto de mudança da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o aperfeiçoamento da proposta de reforma da Previdência. Durante reunião com a chamada Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da Previdência Social Pública, no Senado, Paim disse que é preciso discutir emendas à proposta com toda a sociedade.

Estavam presentes cerca de 200

pessoas, entre deputados, senadores e representantes de servidores públicos, aposentados e empregados do setor privado.

— Não somos contra a reforma, só entendemos que ela pode ser melhorada por intermédio da negociação — afirmou Paulo Paim. Uma das mudanças defendidas pelo senador é a isenção de taxa

Para Duciomar, proposta do governo prejudica o Pará

A proposta de reforma enviada pelo governo ao Congresso Nacional não corrige as injustiças do sistema tributário, afirmou ontem o senador Duciomar Costa (PTB-PA). O mais grave, conforme apontou o senador, é que o texto, que começa a tramitar na Câmara dos Deputados, não institui nenhum mecanismo de compensação das perdas dos estados exportadores. No caso do Pará, maior

produtor de energia elétrica do Brasil, a inexistência de um dispositivo com essa função inviabilizará as finanças do estado.

— A proposta deixou o Pará sem nenhuma compensação por ser o maior produtor nacional de energia elétrica, ficando o imposto, na sua integralidade, apenas para o estado consumidor — disse o senador, que vai propor que, nas operações com energia elétrica, man-



Duciomar Costa lembrou que Pará é o maior produtor de energia elétrica e perderá arrecadação

tenha-se a proporcionalidade entre os estados de origem e destino.

— Não podemos aceitar que leis perversas como esta (a proposta de reforma tributária) possam prosperar — alertou.

País encontrará soluções no Parlamento, diz Sarney

Na homenagem aos 180 anos do Legislativo, presidente do Senado ressalta a importância parlamentar na construção do Brasil e na busca de alternativas para os problemas atuais. “O país foi feito pela classe política”, destaca

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem da tribuna do Plenário que será dentro do Parlamento que o Brasil vai encontrar soluções para seus problemas. Numa homenagem que prestou aos 180 anos do Legislativo brasileiro, marcado pela instalação, em 3 de maio de 1823, da primeira assembléia constituinte, Sarney afirmou que o país, ao contrário da América espanhola, não foi construído nos campos de batalha, mas no Parlamento.

Segundo o presidente do Senado, a generosidade do povo brasileiro, que se tornaria traço histórico e cultural, teria se manifestado já na primeira etapa dos trabalhos da Constituinte de 1823, quando se apontou para a

proposta generosa da anistia e da conciliação entre nativos e ex-colonizadores, apenas um ano após a Independência.

Consolidada a independência, de forma pacífica, o Brasil passou a ser construído dentro do Parlamento, pois o país não existia, ressaltou. Tinham de ser feitos os códigos, leis, sistema educacional. O primeiro sentimento dos constituintes, analisou, foi o amor ao Brasil. O segundo, o do exercício da soberania. E o terceiro, o da unidade.

— Àquele tempo, a Bahia, o Maranhão, a Província do Rio Negro, que ficava no Amazonas, e o Piauí ainda não haviam aderido à independência e, portanto, não tinham assento na Constituinte. Mesmo assim, Silva Lisboa, que

depois veio a ser o Visconde de Cairu, repetia: “Mas eles chegaram”. Em seguida, chegou a Bahia, e depois o Maranhão e o Pará. Assim se incorporavam todos, formando este grande país, íntegro, que foi feito e mantido na sua unidade ao longo do tempo.

DIFERENÇA

Ao destacar que foi sempre no Parlamento que o Brasil encontrou soluções para seus problemas, Sarney disse residir aí a grande diferença entre o Brasil e a América espanhola.

— O Brasil é uma construção civil, enquanto a América espanhola é uma construção feita em batalhas, por meio das quais foram criados os países. O Brasil, portanto, foi feito pela classe política — finalizou.

ECT lança carimbo dos 180 anos do Poder Legislativo

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, lançaram ontem carimbo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) alusivo aos 180 anos do Poder Legislativo. No lançamento, o carimbo, que retrata a cúpula da Câmara, foi obliterado sobre um selo comemorativo do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek.

Em discurso, o senador José Sarney disse que a data da instalação da primeira Assembléia Constituinte brasileira é fato inigualável da nossa nacionalidade.

— Se lançarmos um olhar no tempo, vemos que aqueles ho-



José Sarney (ao microfone) lembra, durante o lançamento, o trabalho dos primeiros parlamentares constituintes do Brasil

mens que formaram o primeiro Congresso não tinham nenhuma experiência do que era o Poder Legislativo, e eles construíram as instituições — ressaltou.

Elogiando a visão dos primeiros constituintes, o presidente do Senado lembrou que eles discutiam os predicamentos da magistratura quando o país ainda não tinha juízes, e falavam em liberda-

de de imprensa num momento em que o Brasil não tinha jornais.

Sarney também elogiou a vocação conciliadora do Legislativo brasileiro. Segundo ele, foi no Parlamento que se construiu o país. Após sublinhar que o Brasil foi feito pela “inteligência e pertinácia dos políticos”, Sarney afirmou: “O que nos une dentro do Congresso é o amor pelo Brasil”.



Sarney fala a jornalistas dos 15 maiores veículos de comunicação da Espanha sobre propostas de reforma enviadas pelo Executivo

Reformas são discutidas com editores da Espanha

Em encontro com editores dos 15 maiores veículos de comunicação da Espanha, em visita ao Senado, o presidente da Casa, José Sarney, afirmou ontem que “governar é gerar confiança, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já gerou essa confiança”. Os jornalistas estão no Brasil sob o patrocínio do Grupo Santander Banespa.

O superintendente de Assuntos Corporativos do banco, Afonso Celso Flecha de Lima Álvares, lembrando que o grupo é o maior investidor privado no estado de São Paulo, explicou que o Santander trouxe esses profissionais ao Brasil para que façam contatos com autoridades governamentais e para mostrar-lhes a importância da economia brasileira, suas perspectivas de desenvolvimento e a estabilidade das instituições nacionais.

Sarney ressaltou aos jornalistas

a importância da eleição de Lula, e ressaltou que sua biografia de ex-operário é um patrimônio nacional. Ele também anunciou estar otimista com as propostas de reformas que o governo enviou ao Congresso. De acordo com o presidente do Senado, são reformas que historicamente foram tentadas e têm agora todas as chances de se tornar realidade.

O senador José Sarney disse ainda que o Brasil amadureceu sua vontade política de mudar, ressaltando que as reformas não serão radicais.

— Não vamos fazer a reforma ideal, vamos fazer a reforma possível — afirmou.

Sarney também louvou a capacidade brasileira de encontrar soluções negociadas para enfrentar crises.

— Nós usamos a palavra radical, mas não conhecemos a ação radical. Em todos os momentos de crise, encontramos um espaço de união — finalizou.

Tuma quer controle mais rígido de gastos

Em reunião com os diretores do Senado, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), primeiro-secretário da Casa, determinou ontem um rígido controle de gastos em todas as áreas administrativas. O objetivo é adequar os gastos ao contingenciamento orçamentário definido pelo Poder Executivo para este ano, e que vai atingir 62,5% das despesas programadas para a Casa.

Romeu Tuma disse que pedirá a todos os senadores que também controlem os gastos nos gabinetes, solicitando apenas o estritamente necessário ao desempenho de suas atividades.

Segundo explicou Romeu Tuma, a Mesa do Senado deverá reunir-se, nos próximos dias, para examinar com mais detalhes o contingenciamento orçamentário para este ano e definir se o corte de recursos será feito

de forma linear em todos os setores da Casa ou se serão definidos projetos prioritários que devam, de algum modo, ser preservados.

Participaram da reunião todos os diretores de secretarias do Senado, entre eles o diretor-geral, Agaciél da Silva Maia; o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva; o consultor-geral, Sérgio Penna; e a chefe de gabinete da Presidência, Martha Lyra.



Romeu Tuma (C) reuniu-se ontem com diretores do Senado para discutir formas de adequar os gastos ao contingenciamento de recursos

Em sua exposição, o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg, destacou a necessidade de a instituição buscar, cada vez mais,

maior interatividade com a população, facilitando o acesso às informações sobre os trabalhos da Casa. A proposta recebeu aprovação de Romeu Tuma.

Virgílio elogia governo por recuo no "dirigismo cultural"

Para líder do PSDB, presidente da República admitiu erro do Executivo. "Fico feliz ao ver Lula agindo como o democrata que conheço", afirmou

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), elogiou a decisão do governo de recuar em sua tentativa de promover o "dirigismo cultural", ao exigir que manifestações culturais patrocinadas por empresas estatais fizessem referência a programas sociais do governo como Fome Zero, Reforma Agrária e outros.

– Fico feliz ao ver Lula agindo como o democrata que conheço, admitindo o erro cometido por se-



Virgílio declarou ter ficado feliz com o desfecho do episódio

tores de seu governo e voltando atrás, dando, a todos, uma bela lição de humildade – disse.

Segundo o senador, a entrevista do cineasta Cacá Diegues e os discursos no Senado, inclusive dele mesmo, serviram de alerta ao governo "para as arbitrariedades que estavam sendo arquitetadas contra a liberdade de expressão e o respeito à visão

peculiar de cada criador". Diante disso, acrescentou, o presidente Lula "corrigiu os rumos da política cultural, reconhecendo o peso dos argumentos da classe artística, abriu as portas do governo ao diálogo, cancelou as diretrizes que estavam sendo contestadas e entregou ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, a decisão soberana sobre o assunto".

O ministro, lembrou Virgílio, fez declarações firmes em defesa da liberdade de expressão.

– Fiquei feliz com o desfecho do episódio – disse o líder do PSDB.

Saturnino destaca ações de Gushiken e Amorim

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou ontem atos de dois ministros do governo Lula. Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, foi enaltecido por ter permitido que o Ministério da Cultura defina a política de patrocínios culturais. Já Celso Amorim, das Relações Exteriores, recebeu os parabéns do senador pela viagem por países africanos, ainda em curso.

Saturnino cumprimentou Gushiken por ter "reconhecido um erro",

numa "atitude humilde que revela grandeza". O ministro suspendeu, na terça-feira, os critérios para seleção de projetos culturais a serem patrocinados por empresas estatais. Para o senador, trata-se de um assunto da alçada do Ministério da Cultura.

O senador também cumprimentou o chanceler Celso Amorim pela política externa adotada no atual governo, que quali-



Saturnino saudou mudança na política externa

ficou como "substancialmente diferente da adotada pelo governo anterior". Ele enfatizou que os países africanos "têm uma proximidade cultural e geopolítica muito grande com o Brasil". Para Saturnino, é hora de o Brasil assumir o exercício da "liderança natural" que tem tanto na América Latina quanto na África.

Secretário deve explicar critérios de patrocínio

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática aprovou ontem requerimento convidando o secretário de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, para participar de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação no sentido de prestar esclarecimentos sobre os critérios adotados por sua pasta para a liberação de patrocínios à cultura.

A subcomissão decidiu também convidar para participar do debate os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana. Nos últimos dias, eles discutiram o tema pela imprensa, afirmando que o secretário de Comunicação estaria pretendendo vincular o financiamento de projetos ao cumprimento de exigências que poderiam desvirtuar os incentivos culturais. O requerimento é de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

Ideli quer esclarecer como é feita a distribuição dos recursos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu à Mesa agilidade no envio de requerimento apresentado por ela solicitando ao ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, informações sobre a liberação de recursos para a produção

artística. Ela justificou que, como o ministro deverá comparecer à Comissão de Educação (CE) daqui a duas semanas, os documentos poderão subsidiar o debate.

Gushiken comparecerá à CE para falar sobre denúncias feitas por cineastas de que a Secretaria de Comunicação estaria pretendendo vincular o financiamento de projetos artísticos ao cumprimento de



Ideli Salvatti: sem dirigismo, mas com justiça

exigências que poderiam limitar a atividade criativa. Ideli quer incluir na discussão informações de que as verbas destinadas à produção artística beneficiam apenas alguns e que favorecem determinadas regiões.

No pedido de informações, ela indaga quais artistas e empresas foram beneficiados com a liberação de recursos para produção artística nos últimos anos e os investimentos por região.

– Não queremos dirigismo cultural, mas queremos justiça na distribuição dos recursos – frisou.

Ocupando a presidência da Mesa, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) garantiu que o pedido de informações será remetido imediatamente.



Miro Teixeira falou sobre a área de telecomunicações em audiência conjunta das Comissões de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura

Miro diz que telefonia fixa pode ter redução de preços

Os preços atualmente cobrados pela prestação de serviços de telefonia fixa não deverão subir em julho, mês previsto para reajuste, e ainda poderão ser reduzidos brevemente. A previsão foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Miro Teixeira, em reunião conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele explicou que a redução deve acontecer como resultado de negociação entre o ministério, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as presidências das empresas, e não por imposição governamental, pois isso não é possível depois da privatização do sistema.

– O que eu penso é que as companhias vão se conscientizar de que, apesar de os contratos preverem a possibilidade de reajuste em julho, essa medida não se mostrará viável – afirmou o ministro, observando que, embora as empresas não reve-

lem dados, é muito elevado o índice de inadimplência dos usuários. Sem contar, acrescentou, que existem 11 milhões de linhas sem procura em função dos preços cobrados.

Miro informou que o ministério está procurando convencer as companhias a não adotar o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) como indexador dos aumentos. Em sua opinião, até o final deste mês, os consumidores deverão ter as boas notícias de que as tarifas não serão elevadas e poderão ser reduzidas.

Questionaram o ministro e fizeram observações sobre o sistema de telecomunicações os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Valdir Raupp (PMDB-RO), José Jorge (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Osmar Dias (PDT-PR), Fátima Cleide (PT-RO) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Hélio Costa critica intenção de implantar logo a TV digital

Um dos autores do requerimento que resultou na presença do ministro das Comunicações, Miro Teixeira, na audiência pública, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) criticou a intenção do governo de implantar no país, de imediato, a televisão digital. Segundo o senador, o sistema é caro, necessita de pessoal mais qualificado e, além do mais, cada emissora de TV teria que dispor de quatro canais normais para gerar imagens de alta definição.

Para Hélio Costa, com a entrada da TV de alta resolução, as já "combadas" redes brasileiras poderiam entrar em colapso, devido aos altos custos dos programas ao vivo no sistema digital. Com isso, previu, as emissoras só teriam um caminho:

exibir filmes estrangeiros, que, na grande maioria, são produzidos em alta definição.

O senador também lembrou que o alto preço de um aparelho de TV, no sistema digital, poderia deixá-lo fora do alcance da maioria da população brasileira. Nos Estados Unidos, informou Hélio Costa, um aparelho médio chega a custar cerca de US\$ 1.500,00. "No Brasil, esse valor certamente seria maior", alertou.

Miro Teixeira disse que na maioria dos países o sistema digital já é uma realidade e que o Brasil não pode ficar a reboque nessa tecnologia de ponta. A seu ver, o sistema deverá ser exclusivamente nacional, de baixa potência e em sintonia com a realidade do mercado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Garibaldi Alves Filho